INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

012/2024

Protocolo: 2407/2024

Objeto: Passes Escolares Lancatur

Tramitação de Processo

PIÊN PREFEITURA

Processo: **2407/2024** Data: **19/02/2024 16:49** Situação: **Aguardando**

Requerente: **Secretaria de Educação** Documento:

Contato: **Secretaria de Educação - Tel: 4136321014 - educacao@pien.pr.gov.br**

2

Assunto: **Protocolo Geral**

Descrição: Requerimento 07.24 - Passes Escolar LANCATUR

Ocorrência: 1 Data: 19/02/2024 16:49:37 Previsão: 24/02/2024

De: ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT Para: EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI

Fase/Etapa: Geral/Abertura Confirmação: não

Descrição: Abertura do processo

ANEXOS/ASSINATURAS

Anexo	Descrição	Assinatura	Assinado em
Requerimento 07.24 - Passes Escolar	Requerimento 07.24 - Passes Escolar		

Autenticidade : MT4X4S7XJ4XMH9XR7(verificado em : 20/02/2024 10:02)

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Parte interessada: Secretaria Municipal de Educação

Objeto: Inexigibilidade para aquisição de passes escolares.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. A aquisição de passes escolares se faz necessária, e tem como o principal objetivo atender as demandas dos estudantes do Município, os quais dependem do transporte público para o seu deslocamento entre as suas residências e as escolas municipais e estaduais, para o ano letivo de 2024, considerando uma demanda de 765 (setecentos e sessenta e cinco) alunos, os quais utilizam diariamente o transporte escolar, ressaltando que o ano letivo possui 200 dias letivos.

Considerando a dificuldade que alguns alunos possuem no deslocamento até a unidade escolar, dada a vasta extensão do município (valendo ressaltar que o município de Piên possui uma área total de 254,792km², e que apenas 0,368 2km² estão em perímetro urbano) e a grande maioria das famílias não têm condições de custear o deslocamento de seus filhos até a unidade escolar mais próxima, enfatizamos a importância que o transporte escolar gratuito contribui no provimento de uma educação de qualidade, evitando assim a evasão escolar.

É de obrigação do poder público oferecer e garantir o acesso ao transporte escolar a todos os estudantes, conforme a Lei Federal nº 9.394/96, conhecida com LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual também faz alusão ao direito ao transporte pelos alunos da Rede Pública, sendo um direito garantido pela Constituição Federal de 88, aos alunos da Rede Pública, de forma a facilitar seu acesso à educação, sendo que o acesso ao transporte escolar é essencial à população em idade escolar, uma vez que a Prefeitura Municipal não dispõe de frota própria suficiente para realização total do transporte escolar, sendo necessária a aquisição dos passes escolares para tal, sendo imprescindível a aquisição para que os alunos possam se deslocar com segurança até a unidade escolar.

A aquisição destes materiais conforme descrito neste estudo, para as repartições públicas municipais é possível pela previsão expressa no art. 74, inciso I, da Lei 14.133/21.

"Art. 74 É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;"

Uma vez que a empresa LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA, realiza a prestação de serviços de que trata o item a ser adquirido, e ao fato de a mesma é a concessionária dos serviços de transporte coletivo na cidade de Piên, em caráter de exclusividade conforme contrato Nº 70/2011 objeto da Concorrência Pública nº 001/2011, na qual a mesma sagrou-se vencedora, desta forma de acordo com a legislação do SIGET (Sistema de gestão do transporte escolar) quando houver serviço regular de transporte coletivo de passageiros, poderá o município efetuar a aquisição de passe-estudantil.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Os veículos que realizarão o transporte dos alunos da rede municipal, deverão apresentar um bom estado de conservação, compreendendo: pneus novos ou semi-novos, lataria intacta quanto a corrosão ou danificações que possam comprometer a segurança do veículo, motor revisado, suspensão testada e comprovadamente em bom estado de funcionamento, freios em perfeito funcionamento, estrutura interna conservada sem exposição de materiais que possam representar perigo a integridade física dos passageiros. Deverão ser identificados e estar com a documentação regular, com impostos e taxas pagas e apresentar certificado de vistoria do Detran.

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

Manter veículos de reserva para eventuais necessidades de troca de veículo durante a execução dos serviços.

2.2. Das normas para o condutor, relativas às condições pessoais, o motorista designado pela contratada para conduzir os veículos do transporte, deverá atender os seguintes requisitos:

- Possuir idade superior a 21 anos;

- Possuir documento de Registro Geral (Identidade), Carteira Nacional de Habilitação e CPF válidos;

- Estar habilitado na categoria "D";

- Apresentar certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pelo distribuidor judicial da comarca de residência.

- Apresentar certificado de conclusão do curso de Formação de Condutor de Transporte Escolar, ou respectiva renovação, conforme previsto em lei, sendo que as certificações devem ser emitidas por empresas credenciadas pelo DETRAN. Estar em dia com os cursos de direção defensiva, primeiros socorros, conforme a lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), conforme normatização do CONTRAN Art. 150. Parágrafo único. "A empresa que utiliza condutores contratados para operar a sua frota de veículos é obrigada a fornecer curso de direção defensiva, primeiros socorros e outros conforme normatização do CONTRAN".

2.3. Das relativas condições de relacionamento que estabelece em seu trabalho, o condutor tem como responsabilidades:

- Fornecer dados cadastrais atualizados para o município;

- Seguir orientações do gestor do transporte escolar do município;

- Não ingerir bebida alcoólica durante o expediente de trabalho;

- Não fumar e não permitir que qualquer pessoa o faça no interior do veículo e/ou nos lugares onde existe trânsito e ou permanência de escolares;

- Apresentar-se adequadamente trajado durante o horário de trabalho;

- Conhecer e observar as disposições contidas na legislação (federal, estadual e municipal) referente ao transporte escolar;

- Conhecer e aplicar os preceitos de segurança adquiridos mediante qualificação;

- Zelar pelas condições de higiene e limpeza dos veículos que irão realizar o transporte;

- Zelar para que as condições de funcionamento do veículo sejam adequadas à segurança dos passageiros;

- Comunicar ao gestor do transporte escolar os eventuais casos de bullying, vandalismos e outras situações que porventura ocorram durante o transporte escolar;

- Permanecer no veículo durante todo o trajeto de transporte dos passageiros;

- Relacionar-se educadamente com os passageiros;

- Informar as instituições de ensino eventuais problemas ocorridos;

- Evitar usar o telefone celular enquanto dirige;

- Renunciar a qualquer forma de relacionamento individual com os estudantes, além daqueles de urbanidade, atenção e camaradagem decorrentes da prestação dos serviços;

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

- Portar crachá que identifique seu nome e a empresa para a qual trabalha.

Aos pontos de parada, vedar o embarque e desembarque de alunos no meio da rua, efetuando-os pelo lado da calçada ou da margem da estrada à direita do veículo. Determinar que o embarque e desembarque somente deverá ser feito nos pontos predeterminados pelo município, obedecendo os critérios estabelecidos nestas normas.

A Prestação de serviços deverá seguir o calendário escolar de acordo os dias letivos mensais pré-definidos anteriormente, deverá ser realizado respeitando-se rigorosamente os itinerários e horários das linhas, conforme estabelecido pela secretaria solicitante, os serviços ficarão sempre sobre a fiscalização e controle da Secretaria Municipal de Educação, que poderá solicitar substituição de condutor, ou de veículo, visando sempre o atendimento ao interesse público. Qualquer reclamação ou informação dirigida à Contratada por pais ou alunos, deverá ser comunicada a Secretaria Municipal de Educação, sob pena de responsabilização da Contratada. A Contratada deverá obedecer às disposições estabelecidas para o transporte de estudantes contidas no Código Brasileiro de Trânsito. Serão de responsabilidade da Contratada todos os encargos com a manutenção do veículo, combustíveis, lubrificantes, todas as despesas com a adequação do veículo com as disposições legais, todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, e indenizações decorrentes de sinistros, correrão à conta da contratada isentando integralmente o Município de Piên – PR.

A empresa terá sua frota de veículos e respectivos condutores cadastrados junto à Comissão de Fiscalização do Transporte Escolar, a qual realizará fiscalização semestral dos equipamentos obrigatórios e de segurança, bem como de todas as exigências estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro, relativo aos veículos e condutores, notificando eventuais irregularidades e estabelecendo prazo para correção.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1 Conforme pesquisa de valores praticados no mercado, para solução da necessidade administrativa, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação da empresa especializada em transporte coletivo para atender a administração pública.

3.2. Foi elaborado uma planilha de custos pela empresa, que seguem em anexo a esse ETP.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A solução que se mostrou mais vantajosa em adquirir os passes escolares, se deu pelo fato de que a Prefeitura Municipal de Piên não dispõe de frota própria suficiente para realização total do transporte escolar, e de que a empresa LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA é a concessionária que realiza os serviços de transporte coletivo na cidade de Piên em caráter de exclusividade, conforme contrato Nº 70/2011 objeto da Concorrência Pública nº 001/2011.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1. A quantidade estimativa, foi levantada considerando uma demanda de 765 (setecentos e sessenta e cinco) alunos, os quais utilizam diariamente o transporte escolar, que contabilizando ida e volta no mesmo dia, totaliza-se em 1.530 passes por dia. O ano possui 200 dias letivos, que multiplicados por 1.530 passes por dia, totaliza-se em 306.000 passes a serem adquiridos para o ano de 2024.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

6.1. A estimativa preliminar do preço para a futura aquisição de passes escolares, se deu pelo levantamento de custos fornecidos pela empresa. O valor do passe estudantil foi fixado no valor de R$ 3,92 (três reais e noventa e dois centavos) conforme Decreto Municipal de N° 64, de 14 de fevereiro 2024.

7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

7.1. Não se aplica.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

8.1. Não há nenhuma contratação vigente com este mesmo objeto.

9. ALINHAMENTO COM PAC

9.1. A aquisição dos passes escolares consta-se no plano de contratações anual, do planejamento da Secretaria Municipal de Educação, conforme item indicado abaixo:

DESPESAS COM TRANSPORTE ESCOLAR - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TRANSPORTE ESCOLAR - PASSES ESCOLARES - R$ 2.100.000,00

10. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Não se aplica.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

11.1 Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração, todas as obrigações da Contratante e da Contratada estarão na minuta do contrato do Edital

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. A solicitação de compras de alimentos não possui potencialidade de risco ambiental.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1 Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

Eliane Pimentel Jubainski Streit

Assessor de Área III - Compras

Matrícula 4765280

Responsável pela elaboração deste.

CLARICE DE FÁTIMA FRAGOSO

Secretária Municipal de Educação

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

8 7

Órgão requisitante:	Secretaria Municipal de Educação.
Nº requerimento:	07/2024
Data:	15/02/2024

Descrição do objeto a ser comprado/contratado:

Aquisição de 306.000 (trezentos e seis mil) passes escolares para atendimento da demanda de estudantes do Município, de escolas municipais e estaduais, referente ao ano de 2024, considerando uma demanda de 765 (setecentos e sessenta e cinco) alunos que utilizam diariamente do transporte escolar, totalizando 1530 (Um mil quinhentos e trinta passes/dia).

Justificativa:

A aquisição de passes escolares se faz necessária, e tem como o principal objetivo atender as demandas dos estudantes do Município, os quais dependem do transporte público para o seu deslocamento entre as suas residências e as escolas municipais e estaduais, para o ano letivo de 2024, considerando uma demanda de 765 (setecentos e sessenta e cinco) alunos, os quais utilizam diariamente o transporte escolar, ressaltando que o ano letivo possui 200 dias letivos.

Os alunos do ensino médio são oriundos de todos os bairros, e frequentam os colégios estaduais Frederico Guilherme Guiese e Alfredo Greipel Júnior, localizados no centro da cidade e no bairro de Trigolândia, respectivamente.

Considerando a dificuldade que alguns alunos possuem no deslocamento até a unidade escolar, dada a vasta extensão do município (valendo ressaltar que o município de Piên possui uma área total de 254,792km², e que apenas 0,368 2km² estão em perímetro urbano) e a grande maioria das famílias não têm condições de custear o deslocamento de seus filhos até a unidade escolar mais próxima, enfatizamos a importância que o transporte escolar gratuito contribui no provimento de uma educação de qualidade, evitando assim a evasão escolar.

É de obrigação do poder público oferecer e garantir o acesso ao transporte escolar a todos os estudantes, conforme a Lei Federal nº 9.394/96, conhecida com LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual também faz alusão ao direito ao transporte pelos alunos da Rede Pública, sendo um direito garantido pela Constituição Federal de 88, aos alunos da Rede Pública, de forma a facilitar seu acesso à educação, sendo que o acesso ao transporte escolar é essencial à população em idade escolar, uma vez que a Prefeitura Municipal não dispõe de frota própria suficiente para realização total do transporte escolar, sendo necessária a aquisição dos passes escolares para tal, sendo imprescindível a aquisição para que os alunos possam se deslocar com segurança até a unidade escolar.

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

A aquisição destes materiais conforme descrito neste estudo, para as repartições públicas municipais é possível pela previsão expressa no art. 74, inciso I, da Lei 14.133/21.

"Art. 74 É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;"

Uma vez que a empresa LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA, realiza a prestação de serviços de que trata o item a ser adquirido, e ao fato de a mesma é a concessionária dos serviços de transporte coletivo na cidade de Piên, em caráter de exclusividade conforme contrato Nº 70/2011 objeto da Concorrência Pública nº 001/2011, na qual a mesma sagrou-se vencedora, desta forma de acordo com a legislação do SIGET (Sistema de gestão do transporte escolar) quando houver serviço regular de transporte coletivo de passageiros, poderá o município efetuar a aquisição de passe-estudantil.

Compra/Contratação é para atendimento de ordem judicial? ( ) Sim (x) Não

Em caso afirmativo descrever qual:

Dotação Orçamentária:

08.001.12.361.0009.2016.33.90.33.00.00

08.001.12.361.0009.2016.33.90.39.99.99

Recurso: (X) Federal (X) Estadual (X) Próprio

Local de entrega/prestação ou execução do serviço/obra:

Conforme roteiro estabelecido pela secretaria de educação.

Horários: Conforme itinerário informado pela secretaria.

Prazo para entrega/prestação ou execução do serviço/obra:

200 dias letivos de 2024, cumprindo o calendário escolar, pré-definido pela Secretaria de Educação.

Responsável por recebimento e fiscalização da execução do objeto:

Marily Penteado Wotroba Heiden

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

Há licitação em curso para o objeto pretendido?	( ) Sim (x) Não

Eliane Pimentel Jubainski Streit

Assessor de Área III - Compras

Matrícula 4765280

Responsável pela elaboração deste.

Marily Penteado Wotroba Heiden

Professor C

Matrícula 18481

Fiscal do contrato.

CLARICE DE FÁTIMA FRAGOSO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

TERMO DE REFERÊNCIA
SÚMARIO

1. **Objeto**
2. **Especificações**
3. **Estimativa do Valor da Contratação**
4. **Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor**
5. **Justificativa**
6. **Fonte Orçamentária**
7. **Exigências de Habilitação**
8. **Local e Prazo de Entrega e Forma de Fornecimento**
9. **Das Condições Gerais Da Prestação Dos Serviços Dentro Do Objeto**
10. **Modelo de Gestão do Contrato**
11. **Obrigações da contratada**
12. **Obrigações da Contratante**
13. **Legislação Aplicada**
14. **Vigência do Contrato**

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

1. OBJETO

1.1. Aquisição de 306.000 (trezentos e seis mil) passes escolares para atendimento da demanda de estudantes do Município, de escolas municipais e estaduais, referente ao ano de 2024, considerando uma demanda de 765 (setecentos e sessenta e cinco) alunos que utilizam diariamente do transporte escolar, totalizando 1530 (Um mil quinhentos e trinta passes/dia).

2. ESPECIFICAÇÕES

2.1. Os passes deverão ser fornecidos à Secretaria de Educação, de acordo com a Requisição de Empenho, para o transporte de estudantes dentro dos limites territoriais do Município de Piên, obedecendo as linhas e os horários preestabelecidos para o sistema de transporte coletivo de passageiros, atendendo ao número de alunos estimados para cada localidade, conforme tabela estimativa fornecida pela Secretaria.

As especificações do objeto estão estabelecidas abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PASSE ESCOLAR	UND	306.000	R$ 3,92	R$ 1.199.520,00

O transporte será oferecido, considerando 06 linhas/roteiros conforme descrito abaixo:

Campo Novo – Piên

Poço Frio – Campina dos Maia – Piên

Poço Frio dos Moreiras – Quicé – Gramados – Piên.

Cachoeirinha – Mosquito – Letreiro – Gramados – Piên.

Trigolândia – Monjolinho – Palmito – Ponte Alta – Trigolândia -Boa Vista – Piên.

Santo Vermelho – Aterrado Alto – Gramados – Piên.

ITEM	DESCRIÇÃOS DAS LINHAS	KM A SER REALIZADO/DIA
1	**Linha CAMPO NOVO 115 km/dia, fazendo o seguinte roteiro:**	22.000

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

	Manhã: 6:30 hrs. - Saindo da Escola Marciano de Carvalho no Centro de Piên, passando por Poço Frio até à igreja na localidade de Campo Novo e retornando até o Centro em frente à Escola Marciano de Carvalho, percorre 40 km/viagem. **Meio dia: 11:50 hrs.** - Saindo da Escola Marciano de Carvalho no Centro de Piên, passando por Poço Frio até à igreja na localidade de Campo Novo e retornando até o Centro em frente à Escola Marciano de Carvalho, percorre 35 km/viagem. **Tarde: 17:15 hrs.** - Saindo da Escola Marciano de Carvalho no Centro de Piên, passando por Poço Frio, passando à fazenda repal entra na estrada que liga a localidade de Poço Frio dos Moreiras por aproximadamente 2,5 km, retorna e segue até á igreja na localidade de Campo Novo e retornando até o Centro, percorre 40 km/viagem.	
2	**Linha CAMPINA DOS MAIA 90 km/dia, fazendo o seguinte roteiro:** **Manhã: 6:45 hrs** - Saindo da Escola Marciano de Carvalho no Centro de Piên, passando por Poço Frio (Ferragens Weiss) sentido Campina dos Maia, passando pela Escola Frei Demétrio, Avencal retornando até o Centro em frente à Escola Marciano de Carvalho, percorre 21 km/viagem. **Meio-dia: 12:00 hrs** - Saindo da Escola Marciano de Carvalho no Centro de Piên, passando por Avencal, passando pela Escola Frei Demétrio, Poço Frio (Ferragens Weiss) retornando até o Centro em frente à Escola Marciano de Carvalho, percorre 21 km/viagem. **Tarde: 17:15 hrs** - Saindo da Escola Marciano de Carvalho no Centro de Piên, passando por Avencal, passando pela Escola Frei Demétrio, Poço Frio, retornado para Campina dos Maia, Avencal até o Centro em frente ao Colégio Frederico Guilherme Giese, percorre 27 km/viagem	17.000

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

	Noite: 22:30 hrs - Saindo do Colégio Frederico Guilherme Giese no Centro de Piên, passando por Avencal até ao Cmei Raio de Sol na localidade de Campina dos Maia, retornando até o Centro, percorre 21 km/viagem.	
3	**Linha POÇO FRIO DOS MOREIRAS/QUIÇÉ/GRAMADOS 100 km/dia, fazendo o seguinte roteiro:** **Manhã: 6:30 hrs** - Saindo da Escola Marciano de Carvalho no Centro de Piên, passando por Poço Frio dos Moreiras, Quiçé, Escola de Gramados retornando até o Centro em frente à Escola Marciano de Carvalho, percorre 25 km/viagem. **Meio dia: 11:40 hrs** - Saindo da Escola Marciano de Carvalho no Centro de Piên, vai até a Escola de Gramados, retorna em frente ao Colégio Frederico Guilherme Giese, passando por Poço Frio dos Moreiras, Quiçé, Escola de Gramados retornando até o Centro em frente à Escola Marciano de Carvalho, percorre 32 km/viagem. **Tarde: 17:15 hrs** - Saindo da Escola Marciano de Carvalho no Centro de Piên, passando Escola de Gramados, Quiçé, Poço Frio dos Moreiras, retornando até o Centro em frente ao Colégio Frederico Guilherme Giese, percorre 25 km/viagem. **Noite: 22:30 hrs** - Saindo do Colégio Frederico Guilherme Giese no Centro de Piên, passando Gramados, letreiro e mosquito retornando até o Centro, percorre 18 km/viagem.	18.000
4	**Linha CACHOEIRINHA/MOSQUITO 78 km/dia, fazendo o seguinte roteiro:** **Manhã: 6:45 hrs** - Saindo da Escola Marciano de Carvalho no Centro de Piên, passando por Gramados, Cachoeirinha, Mosquito, Letreiro, Escola de Gramados, retornando até o Centro em frente à Escola Marciano de Carvalho, percorre 26 km/viagem. **Meio-dia: 12:00 hrs** - Saindo da Escola Marciano de Carvalho no Centro de Piên, passando por	15.600

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

	Gramados, Cachoeirinha, Mosquito, Letreiro, Escola de Gramados, retornando até o Centro em frente à Escola Marciano de Carvalho, percorre 26 km/viagem. **Tarde: 17:15 hrs** - Saindo da Escola Marciano de Carvalho no Centro de Piên, passando por Gramados, Cachoeirinha, Mosquito, Letreiro, Escola de Gramados, retornando até o Centro em frente ao Colégio Frederico Guilherme Giese, percorre 26 km/viagem.	
5	**Linha:SANTOVERMELHO/ATERRADO ALTO/GRAMADOS 87 km/dia, fazendo o seguinte roteiro:** **Manhã: 6:30 hrs** - Saindo da Escola Marciano de Carvalho no Centro de Piên, passando por Gramados, Aterrado Alto, Santo Vermelho, Estrada próximo à empresa Font Life, Escola de Gramados, retornando até o Centro em frente à Escola Marciano de Carvalho, percorre 29 km/viagem. **Meio-dia: 12:00 hrs** - Saindo da Escola Marciano de Carvalho no Centro de Piên, passando por Gramados, Aterrado Alto, Santo Vermelho, Estrada próximo à empresa Font Life, Escola de Gramados, retornando até o Centro em frente à Escola Marciano de Carvalho, percorre 29 km/viagem. **Tarde: 17:15 hrs** - Saindo da Escola Marciano de Carvalho no Centro de Piên, passando por Gramados, Aterrado Alto, Santo Vermelho, Estrada próximo à empresa Font Life, Escola de Gramados, retornando até o Centro em frente á Escola Marciano de Carvalho, percorre 29 km/viagem.	17.400
6	**Linha TRIGOLÂNDIA/PALMITO/PONTE ALTA/BOA VISTA 130 km/dia, fazendo o seguinte roteiro:** **Manhã: 6:30 hrs** - Saindo da Escola Marciano de Carvalho no Centro de Piên, passando por Boa Vista, Trigolândia, Monjolinho, Palmito, Ponte Alta, Trigolândia, Boa Vista, retornando até o	25.200

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

	Centro em frente à Escola Marciano de Carvalho, percorre 28 km/viagem. **Meio dia: 12:00 hrs** - Saindo da Escola Marciano de Carvalho no Centro de Piên, passando por Boa Vista, Trigolândia, Monjolinho, Palmito, Ponte Alta, Trigolândia, Boa Vista, retornando até o Centro em frente à Escola Marciano de Carvalho, percorre 28 km/viagem. **Tarde: 17:15 hrs** - Saindo da Escola Marciano de Carvalho no Centro de Piên, passando por Boa Vista, Trigolândia, Monjolinho, Palmito, Ponte Alta, Trigolândia, Boa Vista, retornando até o Centro em frente à Escola Marciano de Carvalho, percorre 28 km/viagem. **Tarde: 18:20 hrs** - Saindo do Colégio Frederico Guilherme Giese, passando por Boa Vista, Trigolândia, Ponte Alta, Trigolândia (Colégio Alfredo Greipel Junior), Boa Vista, retornando até o Centro em frente ao Colégio Frederico Guilherme Giese, percorre 22 km/viagem. **Noite: 22:30 hrs** - Saindo do Colégio Frederico Guilherme Giese, passando por Boa Vista, Trigolândia (Colégio Alfredo Greipel Junior), Ponte Alta, Campina dos Crespins, retornando até o Centro, percorre 24 km/viagem.	

2.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/21.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 1.199.520,00 (Um milhão cento e dezenove mil quinhentos e vinte reais).

3.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

3.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações.

3.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada.

3.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

3.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

3.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta, tendo em vista a INEXIGIBILIDADE de licitação.

5. JUSTIFICATIVA

5.1. A aquisição de passes escolares se faz necessária, e tem como o principal objetivo atender as demandas dos estudantes do Município, os quais dependem do transporte público para o seu deslocamento entre as suas residências e as escolas municipais e estaduais, para o ano letivo de 2024, considerando uma demanda de 765 (setecentos e sessenta e cinco) alunos, os quais utilizam diariamente o transporte escolar, ressaltando que o ano letivo possui 200 dias letivos.

Os alunos do ensino médio são oriundos de todos os bairros, e frequentam os colégios estaduais Frederico Guilherme Giese e Alfredo Greipel Júnior, localizados no centro da cidade e no bairro de Trigolândia, respectivamente.

Considerando a dificuldade que alguns alunos possuem no deslocamento até a unidade escolar, dada a vasta extensão do município (valendo ressaltar que o município de Piên possui uma área total de 254,792km², e que apenas 0,368 2km² estão em perímetro urbano) e a grande maioria das famílias não têm condições de custear o deslocamento de seus filhos até a unidade escolar mais próxima, enfatizamos a importância que o transporte escolar gratuito contribui no provimento de uma educação de qualidade, evitando assim a evasão escolar.

É de obrigação do poder público oferecer e garantir o acesso ao transporte escolar a todos os estudantes, conforme a Lei Federal nº 9.394/96, conhecida com LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual também faz alusão ao direito ao transporte pelos alunos da Rede Pública, sendo um direito garantido pela Constituição Federal de 88, aos alunos da Rede Pública, de forma a facilitar seu acesso à educação, sendo que o acesso ao transporte escolar é essencial à população em idade escolar, uma vez que a Prefeitura Municipal não dispõe de frota própria suficiente para realização total do transporte escolar, sendo necessária a aquisição dos passes escolares para tal, sendo imprescindível a aquisição para que os alunos possam se deslocar com segurança até a unidade escolar.

A aquisição destes materiais conforme descrito neste estudo, para as repartições públicas municipais é possível pela previsão expressa no art. 74, inciso I, da Lei 14.133/21.

"Art. 74 É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;"

Uma vez que a empresa LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA, realiza a prestação de serviços de que trata o item a ser adquirido, e ao fato de a mesma é a concessionária dos serviços de transporte coletivo na cidade de Piên, em caráter de exclusividade conforme contrato Nº 70/2011

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

objeto da Concorrência Pública nº 001/2011, na qual a mesma sagrou-se vencedora, desta forma de acordo com a legislação do SIGET (Sistema de gestão do transporte escolar) quando houver serviço regular de transporte coletivo de passageiros, poderá o município efetuar a aquisição de passe-estudantil.

6. FONTE ORÇAMENTARIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Piên.

6.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações: 08.001.12.361.0009.2016.33.90.33.00.00

08.001.12.361.0009.2016.33.90.39.99.99

6.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

7. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

7.1. A habilitação dos interessados em participar da presente licitação ocorrerá nos exatos termos do seu edital.

8. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. LOCAL: Conforme roteiro estabelecido pela secretaria de educação.

8.2. PRAZO DE ENTREGA: Realizar-se a entrega por mês, sendo distribuídos conforme os 200 dias letivos no ano de 2024, cumprindo o calendário escolar, pré-definido pela secretaria de educação.

8.3. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme quantidades de dias letivos no mês.

9. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DENTRO DO OBJETO

9.1. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO:

9.1.1. novos ou semi-novos, lataria intacta quanto a corrosão ou danificações que possam comprometer a segurança do veículo, motor revisado, suspensão testada e comprovadamente em bom estado de funcionamento, freios em perfeito funcionamento, estrutura interna conservada sem exposição de materiais que possam representar perigo a integridade física dos passageiros.

Manter veículos de reserva para eventuais necessidades de troca de veículo durante a execução dos serviços solicitados.

9.2. DA REGULARIDADE DOCUMENTAL DO VEÍCULO:

9.2.1. Os veículos que serão utilizados na prestação do serviço deverão ser identificados e estar com a documentação regular, com impostos e taxas pagas.

- Apresentar certificado de vistoria do Detran.

9.3. DAS NORMAS PARA O CONDUTOR

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

9.3.1. RELATIVAS ÀS CONDIÇÕES PESSOAIS

O motorista designado pela contratada para conduzir os veículos do transporte, deverá atender os seguintes requisitos:

9.3.2. Possuir idade superior a 21 anos;

9.3.3. Possuir documento de Registro Geral (Identidade), Carteira Nacional de Habilitação e CPF válidos;

9.3.4. Estar habilitado na categoria "D";

9.3.5. Apresentar certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pelo distribuidor judicial da comarca de residência.

9.3.6. Apresentar certificado de conclusão do curso de Formação de Condutor de Transporte Escolar, ou respectiva renovação, conforme previsto em lei, sendo que as certificações devem ser emitidas por empresas credenciadas pelo DETRAN. Estar em dia com os cursos de direção defensiva, primeiros socorros, conforme a lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), conforme normatização do CONTRAN Art. 150. Parágrafo único. "A empresa que utiliza condutores contratados para operar a sua frota de veículos é obrigada a fornecer curso de direção defensiva, primeiros socorros e outros conforme normatização do CONTRAN".

9.4. RELATIVAS ÀS CONDIÇÕES DE RELACIONAMENTO:

Quanto às relações que estabelece em seu trabalho, o condutor tem como responsabilidades:

9.4.1. Fornecer dados cadastrais atualizados para o município;

9.4.2. Seguir orientações do gestor do transporte escolar do município;

9.4.3. Não ingerir bebida alcoólica durante o expediente de trabalho;

9.4.4. Não fumar e não permitir que qualquer pessoa o faça no interior do veículo e/ou nos lugares onde existe trânsito e ou permanência de escolares;

9.4.5. Apresentar-se adequadamente trajado durante o horário de trabalho;

9.4.6. Conhecer e observar as disposições contidas na legislação (federal, estadual e municipal) referente ao transporte escolar;

9.4.7. Conhecer e aplicar os preceitos de segurança adquiridos mediante qualificação;

9.4.8. Zelar pelas condições de higiene e limpeza dos veículos que irão realizar o transporte;

9.4.9. Zelar para que as condições de funcionamento do veículo sejam adequadas à segurança dos passageiros;

9.4.10. Comunicar ao gestor do transporte escolar os eventuais casos de bullying, vandalismos e outras situações que porventura ocorram durante o transporte escolar;

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

9.4.11. Permanecer no veículo durante todo o trajeto de transporte dos passageiros;

9.4. 12. Relacionar-se educadamente com os passageiros;

9.4.13. Informar as instituições de ensino eventuais problemas ocorridos;

9.4.14. Evitar usar o telefone celular enquanto dirige;

9.4.15. Renunciar a qualquer forma de relacionamento individual com os estudantes, além daqueles de urbanidade, atenção e camaradagem decorrentes da prestação dos serviços;

9.4.16. Portar crachá que identifique seu nome e a empresa para a qual trabalha.

9.5. PERTINENTES AOS PONTOS DE PARADA

9.5.1. Vedar o embarque e desembarque de alunos no meio da rua, efetuando-os pelo lado da calçada ou da margem da estrada à direita do veículo;

9.5.2. Determinar que o embarque e desembarque somente deverá ser feito nos pontos predeterminados pelo município, obedecendo os critérios estabelecidos nestas normas;

9.6. CONDIÇÕES GERAIS

9.6.1. A Prestação de serviços deverá seguir o calendário escolar de acordo os dias letivos mensais pré-definidos anteriormente;

9.6.2. O serviço deverá ser realizado respeitando-se rigorosamente os itinerários e horários das linhas, conforme estabelecido pela secretaria solicitante;

9.6.3. Os serviços ficarão sempre sobre a fiscalização e controle da Secretaria Municipal de Educação, que poderá solicitar substituição de condutor, ou de veículo, visando sempre o atendimento ao interesse público;

9.6.4. Qualquer reclamação ou informação dirigida à Contratada por pais ou alunos, deverá ser comunicada a Secretaria Municipal de Educação, sob pena de responsabilização da Contratada;

9.6.5. A Contratada deverá obedecer às disposições estabelecidas para o transporte de estudantes contidas no Código Brasileiro de Trânsito;

9.6.6. Serão de responsabilidade da Contratada todos os encargos com a manutenção do veículo, combustíveis, lubrificantes, todas as despesas com a adequação do veículo com as disposições legais, todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, e indenizações decorrentes de sinistros, correrão à conta da contratada isentando integralmente o Município de Piên – PR;

9.6.7. A contratada terá sua frota de veículos e respectivos condutores cadastrados junto à Comissão de Fiscalização do Transporte Escolar, a qual realizará fiscalização semestral dos equipamentos obrigatórios e de segurança, bem como de todas as exigências estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro, relativo aos veículos e condutores, notificando eventuais irregularidades e estabelecendo prazo para correção;

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

10.6.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

10.7. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato ou da entrega do produto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.7.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.7.2. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

10.7.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.7.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

10.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

10.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

10.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada obriga-se a:

11.1.1. A CONTRATADA obriga-se a seguir o disposto no Contrato;

11.1.2. Executar os serviços dentro do objeto conforme previsto no Termo de Referência;

11.1.2.1. Manter pessoal capaz de atender ao objeto da presente licitação, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço, demissão de empregados ou por qualquer outra razão;

11.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;

11.1.4. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, durante a execução do objeto do certame, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;

11.1.4.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, bem como, comunicar, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente;

11.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, edital ou na minuta de contrato;

11.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

11.1.7.1. Fornecer todos os dados necessários ao fiscal do contrato, para o controle e fiscalização do cumprimento do presente contrato;

11.1.7.2. Comunicar imediatamente ao Município qualquer alteração ocorrida na empresa, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

11.1.8. Apresentar todos os documentos necessários durante a execução do contrato/Ata, mantendo em dia suas obrigações fiscais.

11.1.8.1. No que se refere a prestação de serviços que necessita de funcionários a empresa deverá manter as suas obrigações trabalhistas em dia, apresentando mensalmente a prefeitura municipal.

11.1.9. Serão de responsabilidade da Contratada todos os encargos com a manutenção do veículo, combustíveis, lubrificantes, todas as despesas com a adequação do veículo com as disposições legais, todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, isentando integralmente o Município de Piên – PR;

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

11.1.10. Executar diretamente os serviços, não sendo permitida a subcontratação, sob pena de rescisão de contrato;

11.1.11. Deverá proceder a substituição de veículo quando houver essa necessidade, mas somente após concordância formal do Município, com a vistoria prévia;

11.1.12. Deverá adotar todas as medidas de cautela tendentes a evitar danos materiais e pessoais aos escolares e terceiros, assim como todas as providências relativas ao seguro de tais danos, ficando sempre responsável pelas consequências originárias e acidentes que se verificarem;

11.1.13. Deverá responsabilizar-se pela revisão semestral dos veículos nos termos do Artigo 136,II da Lei 9.503/97 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, comprometendo-se a sanar as irregularidades, caso surjam, no prazo estipulado pelo órgão competente, sob pena de aplicação das sanções cabíveis (art. 230 do CTB);

11.1.14. Deverá zelar para que os veículos estejam em perfeitas condições, observando as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de serviços de transporte escolar, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro e demais determinações da Secretaria de Educação, inclusive quanto a novas disposições que venham a ser editadas, e ainda estar com toda a documentação sempre em ordem;

11.1.15. Deverá promover a devida manutenção de seus veículos durante toda a vigência do Contrato, efetuando reparos e consertos a defeitos ou falhas mecânicas que venham a surgir, providenciando inclusive a imediata substituição das peças, necessária para que os mesmos possam trafegar em perfeitas condições de conservação e funcionamento, sem oferecer risco à segurança dos passageiros, e se preciso, providenciar veículo de reserva;

11.1.16. Deverá manter veículos de reserva para eventuais necessidades de troca de veículo durante a execução dos serviços solicitados.

11.1.17. Deverá permitir o livre acesso ao encarregado da fiscalização da CONTRATANTE, em qualquer época, aos bens destinados ao serviço contratado, fornecendo aos mesmos todos os dados e informações necessários sobre os veículos e condutores sempre que solicitado e dentro dos prazos estipulados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender de imediato todas as reclamações a respeito da qualidade na execução dos serviços;

11.1.18. Deverá fornecer dados e informações para os sistemas de informações de gestão, sejam eles municipais, estaduais ou federais, sob forma de pesquisa eventual ou de cadastro sistemático;

11.1.19. Deverá responsabilizar-se única e exclusivamente pela contratação de pessoal habilitado, observando a legislação vigente;

11.1.20. Deverá obrigatoriamente apresentar o respectivo certificado de habilitação no Curso de Transporte de Escolares para os condutores de veículos;

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

11.1.21. Deverá prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos escolares, conforme estabelecido neste Contrato, de modo a satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, pontualidade e cortesia na sua prestação, devendo para tanto procurar modernizar seus veículos e mantê-los em bom estado de conservação, bem como realizar as obrigações constantes deste Contrato;

11.1.22. Deverá tratar com respeito e urbanidade os escolares, o agente de fiscalização do CONTRATANTE e outros agentes relacionados com o mapeamento das rotas de transporte;

11.1.23. Deverá responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços avençados, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação de qualquer natureza que possa surgir em decorrência dos mesmos;

11.1.24. Deverá comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em prestar os esclarecimentos que o CONTRATANTE julgar necessário;

11.1.25. Deverá manter a prestação obrigatória destes serviços durante a totalidade dos dias letivos previstos no calendário escolar;

11.1.26. Deverá cumprir os itinerários/roteiros convencionados, prezando integralmente pela segurança, conforto e comodidade adequada dos passageiros transportados;

Constituem obrigações Contratada com profissionais:

11.1.27. Todos os serviços acima mencionados serão prestados por profissionais da Contratada tecnicamente habilitados, ficando esta a única e exclusiva responsável pelo pagamento de seus salários e pelas obrigações legais de qualquer natureza que incidirem sobre os mesmos, notadamente, àquelas referentes às Leis Trabalhistas e Previdenciárias em vigor, ficando, dessa forma, expressamente excluída a responsabilidade do CONTRATANTE sobre referida matéria.

11.1.28. É responsabilidade da CONTRATADA fornecer a seus funcionários todos os equipamentos de proteção individual – EPIs necessários à execução dos serviços, bem como cobrar destes a utilização dos mesmos.

11.1.29. Fica também a CONTRATADA obrigada a cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à Saúde e Segurança do Trabalho, emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outros órgãos competentes.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. A Contratante obriga-se a:
12.1.1. Receber provisoriamente o material ou fiscalizar os serviços, disponibilizando local, data e horário;

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

12.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

12.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

13. LEGISLAÇÃO APLICADA

13.1. O Presente termo de referência se submete integralmente a Lei Nº 14.133/2021.

14. VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1. 12 meses.

Elaborado em 15 de fevereiro de 2024.

Eliane Pimentel Jubainski Streit

Assessor de Área III - Compras

Matrícula 4765280

Responsável pela elaboração deste.

Marily Penteado Wotroba Heiden

Professor C

Matrícula 18481

Fiscal do contrato.

CLARICE DE FÁTIMA FRAGOSO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

Encargos COLABORADOR

Salário Base	R$	2.420,00	
Alimentação	R$	304,00	12,56198%
Férias	R$	294,92	12,186700%
INSS	R$	660,66	27,30%
FGTS	R$	193,60	8%
13 SALARIO	R$	220,95	9,13%
SEGURO DE VIDA	R$	27,80	1,15%
CEMOX	R$	48,59	2,01%
SINDICATO	R$	36,30	1,50%
TOTAL	**R$**	**1.786,81**	**73,84%**
ABSTINENCIA/ATES	R$	322,59	13,33%
TOTAL	**R$**	**2.109,40**	87,17%

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

Planilha de Custos - Operação: Urbano - Piên-PR Ano Letivo 2024

Revisada em 06/02/2024

Total de KM Rodado mês:	10000
Média Dias úteis no Mês	20

Veículos Operando	6
Veículos Reserva	1

KM por ônibus / mês	**1666,666667**
KM por ônibus / dia	**83,3**

Custos Mensais - VARIÁVEIS:

															Soma:	rep. %:
Combustivel (Óleo Diesel)	R$ / L Óleo Diesel S10	/	Cons. Médio km x lt	=	Valor por KM										R$ 2,00	21,98
	R$ 5,40		2,7		**R$ 2,00**											
Óleo Lubrificante	Litro de Óleo Lub.	x	Litros na troca:	=	Total Óleo	+	Total Filtros	=	Total Óleo + Filtro	/	KM entre trocas	=	Valor por KM		R$ 0,03	0,354
	R$ 17,95		20		R$ 359,00		R$ 285,00		R$ 644,00		20000		**R$ 0,03**			
Pneus de Rodagem	Pneu 275/70	x	Quant. de Pneus	=	Troca - 6 pneus	/	Vida Útil em km	=	Valor por KM	Considerando Perdas, cortes, carcaças condenadas					R$ 0,28	3,068
	R$ 2.327,00		6		R$ 13.962,00		50000		**R$ 0,28**							

Custos Mensais - FIXOS:

[redacted]	Valor Médio Veículo/Frota	x	Quant Veículos	=	Patrimonio Total	x	Deprec. Mensal	=	Total Depreciação	/	KM rodado mês	=	Valor por KM		R$ -	[redacted]
	R$ -		7		R$ -		0,66%		R$ -		10000		**R$ -**			
Folha de Pagamento (Motoristas)	Salario Base	+	Engargos, Ticket, Férias, 13º, INSS, FGTS, abstinencia	=	Custo Total	x	6 motoristas dia e 2 a noite	=	Total Folha de Pagamento	/	KM rodado mês	=	Valor por KM		R$ 3,64	39,95
	R$ 2.420,00		88%		R$ 4.544,28		8		R$ 36.354,21		10000		**R$ 3,64**			
Folha de Pagamento (Monitor)	Salario Base	+	Engargos, Ticket, Férias, 13º, INSS, FGTS, abstinencia	=	Custo Total	x	Quantidade Monitor	=	Total Folha de Pagamento	/	KM rodado mês	=	Valor por KM		R$ 0,29	3,17
	R$ 1.716,00		68%		R$ 2.882,88		1		R$ 2.882,88		10000		**R$ 0,29**			
Quebra de Caixa	Valor Mensal	x	Quant Motoristas	=	Valor Mensal	/	KM rodado mês	=	Valor por KM						R$ 0,11	1,167
	R$ 177,00		6		R$ 1.062,00		10000		**R$ 0,11**							
[redacted]	Patrimonio Total	x	Percentual IPVA	=	Total IPVA Anual	/	Meses	=	Valor Mensal	/	KM rodado mês	=	Valor por KM		R$ -	[redacted]
	R$ -		2,00%		R$ -		12		R$ -		10000		**R$ -**			
Seguro	Valor Mensal Apolice	x	Quant Veículos	=	Valor Mensal	/	KM rodado mês	=	Valor por KM						R$ 0,18	1,946
	R$ 253,00		7		R$ 1.771,00		10000		**R$ 0,18**							
Lavações, Graxas Produtos, Shampoo	Valor Módico Estimado	x	Quant Veículos	=	Valor Mensal	/	KM rodado mês	=	Valor por KM						R$ 0,63	6,923
	R$ 900,00		7		R$ 6.300,00		10000		**R$ 0,63**							
Peças e Reparos (Insumos)	Custo Médio Peças	x	Quant Veículos	=	Valor Mensal	/	KM rodado mês	=	Valor por KM						R$ 1,05	11,538
	R$ 1.500,00		7		R$ 10.500,00		10000		**R$ 1,05**							

		SUB TOTAL	**R$ 8,20**
DESPESAS INDIRETAS	IMPOSTOS, Equipe Administrativa, 1 carro para eventuais translados passageiros e equipe, e 1 carro para suporte e socorro, Mecanicos, Gerentes, Contabilidade, Telefone, Agua, Luz, Aluguel, Alvarás, Juridico, etc...	11% sob. subtotal	R$ 0,90 | 9,91
		CUSTO POR KM	R$ 9,10 | 100,00
MARGEM DE LUCRO	***Margem de Lucro consideran lo o risco na operação: Transporte de Passageiros (vidas), e fatores não previstos (acidentes que causam prejuizos ao patrimonio do empresa, trabalhistas, e outros imprevistos não amparados por seguradora)***	12% sob. o custo	R$ 1,09
			%
		TOTAL C/ MARGEM	R$ 10,192 | 0
		KM COBRADO	**R$ -**
		DEFICIT POR KM COM MARGEM	**R$ -**
		DEFICIT MENSAL COM MARGEM	**R$ -**

KM Diário:	600
Dias Letivos:	200
KM Anual:	120000
Dividido por meses:	12
Média KM mensal:	10000

Mês 22 Dias: R$ 134.538,51
Mês 20 Dias: R$ 122.307,74

TOTAL MENSAL:		R$ 101.923,12
x 12 meses:	12	R$ 1.223.077,39
/ 200 - Valor Dia:		**R$ 6.115,39**

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

Lancatur 47 3626.6234

Piên - PR, 07 de fevereiro de 2024.

A/C Srª Clarice de Fatima Fragoso

Secretaria de Educação de Piên-PR

Referente Proposta Fornecimento de Passes Escolares – Ano Letivo 2024

Com respeitosos cumprimentos,

A **Lancatur Transportes e Turismo LTDA.** (CNPJ/MF 83.645.259/0003-89), com sede na Rua Goiania, 360, Centro, Piên-PR, neste ato representada por seu procurador Rodrigo Cezar Parey, vem por meio deste enviar a proposta de fornecimento de passes para alunos no ano letivo de 2024:

Base de 765 alunos, x 2 (ida e volta), 1.530 passes por dia,

1.530 passes x **R$ 3,92 o vaior do passe**: R$ 5.997,60 por dia.

R$ 5.997,60 por dia x 200 dias letivos: **R$ 1.199.520,00 - total ano 2024**.

Sendo o que tínhamos para o momento, colocamo-nos à disposição para esclarecimentos.

Atenciosamente,

RODRIGO CEZAR PAREY:07837721900

Assinado de forma digital por RODRIGO CEZAR PAREY:07837721900
Dados: 2024.02.07 15:57:41 -03'00'

Lancatur Transporte e Turismo LTDA.
83.645.259/0003-89
Rodrigo Cezar Parey – Sócio Administrador

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=RR-WCGfj45mSXOWKpE_M7g&chave2=Ug8cwwsph_-ckGj5cvuIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 06699847953-IRINEU MOREIRA

22ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ nº 83.645.259/0001-17

SABRINA PAREY BEJE, nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 22/06/1988, casada em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, EMPRESARIA, CPF nº 009.169.649-65, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 1127753158, órgão expedidor SSP - RS, residente e domiciliada na RUA TEATROLOGO MEIRA PIRES, Nº 237, APTO. 1401, BAIRRO CAPIM MACIO, NATAL, RN, CEP 59.080-090, BRASIL.

HEINS WALDEMAR PAREY nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 05/06/1962, CASADO em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, EMPRESARIO, CPF nº 447.262.879-15, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 817.179, órgão expedidor SESP - SC, residente e domiciliado na RUA MANOEL TAVARES, 148, Apto. nº 80, CENTRO, SAO BENTO DO SUL, SC, CEP 89280166, BRASIL.

CARMEN SOLANGE BORGES PAREY nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 30/06/1964, casada em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, EMPRESARIA, CPF nº 625.126.689-91, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 1.985.429, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliada na RUA MANOEL TAVARES, 148, Apto. nº 80, CENTRO, SAO BENTO DO SUL, SC, CEP 89280-166, BRASIL.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial **LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA,** registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42200398487, com sede Rua Carlos Fürst, 234, Bairro Serra Alta, São Bento do Sul, SC, CEP 89.290-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 83.645.259/0001-17, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

QUADRO SOCIETÁRIO

CLÁSULA PRIMEIRA. Retira-se da sociedade a sócia, SABRINA PAREY BEJE acima qualificada, que transfere por doação a totalidade de suas 19.000 (dezenove mil) quotas, no valor de R$ 19.000,00 (Dezenove Mil Reais) a sócia remanescente CARMEN SOLANGE BORGES PAREY, acima qualificada, dando plena, rasa e irrevogável quitação das quotas ora vendidas, nada mais podendo reclamar em qualquer época, por motivo algum.

CLÁUSULA SEGUNDA. A partir desta data fica admitido neste ato o sócio **RODRIGO CEZAR PAREY**, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, natural de São Bento do Sul/SC, nascido em 07/05/1992, Empresário, residente e domiciliado a Rua Pedra de Amolar, nº 20, Casa 10, Bairro Pedra de Amolar, em CORUPÁ, SC, CEP: 89278-000, portador da Cédula de Identidade nº 5.912.777, expedida pela SESP/SC em 26/08/2013 e inscrito no CPF nº 078.377.219-00.

CLÁUSULA TERCEIRA. O sócio **HEINS WALDEMAR PAREY**, acima qualificado, transfere por venda 38.000 (trinta e oito mil) quotas, no valor de R$ 38.000,00 (Trinta e Oito

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/11/2022
Certifico o Registro em 08/11/2022 Data dos Efeitos 10/10/2022
Arquivamento 20222998660 Protocolo 222998660 de 27/10/2022 NIRE 42200398487
Nome da empresa LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 427713246929220
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/11/2022BLASCO BORGES BARCELLOS - Secretário-geral em exercício

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

22ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ nº 83.645.259/0001-17

reais) ao sócio ingressante **RODRIGO CEZAR PAREY**, acima qualificado, que as adquire neste ato, em moeda corrente nacional, dando ao mesmo, plena, geral, rasa e irrevogável quitação das quotas ora vendidas, nada mais podendo reclamar em qualquer época, por motivo algum.

CLÁUSULA QUARTA. O capital social que era de R$ 950.000,00 (Novecentos e Cinquenta Mil Reais) passa para R$ 1.150.000,00 (Um Milhão Cento e Cinquenta Mil Reais) com a integralização neste ato em moeda corrente nacional pelo sócio HEINS WALDEMAR PAREY, acima qualificado.

CLÁUSULA QUINTA. Em função das alterações havidas, o capital social da empresa no valor de R$ 1.150.000,00 (Um Milhão Cento e Cinquenta Mil Reais) totalmente integralizado, fica assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	%	VALOR (R$)
Heins Waldemar Parey	1.074.000	92,00	1.074.000,00
Carmen Solange Borges Parey	38.000	4,00	38.000,00
Rodrigo Cezar Parey	38.000	4,00	38.000,00
Total	**1.150.000**	**100,00**	**1.150.000,00**

ALTERAÇÃO DE FILIAIS

CLÁUSULA SEXTA. A partir desta data fica alterado o endereço da filial registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 42900539822 e CNPJ nº 83.645.259/0004-60, para ESTRADA EST. GERAL CEDRO ALTO - RCD 080, nº 9655, CEDRO ALTO, RIO DOS CEDROS, SC, CEP 89121-000 e o seu capital social passa de R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) para R$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais);

CLÁUSULA SETIMA. A partir desta data fica alterado o endereço da filial registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob NIRE nº 41900628921 na sessão do dia 10/03/1999, inscrita no CNPJ nº 83.645.259/0003-89, para RUA JOAO PESSOA, Nº 136, SALA 1, CENTRO, PIEN, PR, CEP 83860-000 e o seu capital social passa de R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) para R$ 250.000,00 (Duzentos e Cinquenta Mil Reais)

OBJETO SOCIAL

CLÁUSULA OITAVA. A sociedade passa a ter as seguintes atividades: TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS REGULAR MUNICIPAL URBANO; TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS; TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS REGULAR METROPOLITANO MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL; TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS REGULAR MUNICIPAL, INTERMUNICIPAL, ESTADUAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL;

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/11/2022
Certifico o Registro em 08/11/2022 Data dos Efeitos 10/10/2022
Arquivamento 20222998660 Protocolo 222998660 de 27/10/2022 NIRE 42200398487
Nome da empresa LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 427713246929220
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/11/2022BLASCO BORGES BARCELLOS - Secretário-geral em exercício

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

05

31

22ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ nº 83.645.259/0001-17

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS REGULAR MUNICIPAL NÃO URBANO; TRANSPORTE RODOVIARIO DE PASSAGEIROS ESPECIAL MUNICIPAL, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL; FRETAMENTOS MUNICIPAL, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL; TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL, INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL; INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL; LOCADORA DE VEÍCULOS EM GERAL; OFICINA MECÂNICA E REFORMADORA DE ÔNIBUS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E VEÍCULOS EM GERAL; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VAGAS NOS ESTACIONAMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS; AGÊNCIA DE VIAGENS E VENDA DE PASSAGENS RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO, AÉREO E MARÍTIMO.

CLÁUSULA NONA. *O paragrafo 5º da Clausula Nona passa ter a seguinte redação:* ***Fica facultado aos administradores, nomear procurador, por período indeterminado, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticado pelo procurador assim nomeado.***

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DECIMA. A partir desta data a sociedade passa a ser administrada pelos sócios **HEINS WALDEMAR PAREY** e **RODRIGO CEZAR PAREY**, que assinarão em conjunto ou individualmente pela empresa

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em SÃO BENTO DO SUL/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA "LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA."

DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, OBJETO, INÍCIO E PRAZO.

CLÁUSULA PRIMEIRA. A Sociedade gira sob a denominação de **"LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA."**

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/11/2022
Certifico o Registro em 08/11/2022 Data dos Efeitos 10/10/2022
Arquivamento 20222998660 Protocolo 222998660 de 27/10/2022 NIRE 42200398487
Nome da empresa LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 427713246929220
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/11/2022BLASCO BORGES BARCELLOS - Secretário-geral em exercício

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

22ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ nº 83.645.259/0001-17

CLÁSULA SEGUNDA. A Sociedade tem sua sede em São Bento do Sul, SC., à Rua Carlos Fürst, n.º 234, Bairro Serra Alta, CEP: 89290-000.

§ 1º - A Sociedade poderá criar ou estabelecer filiais em qualquer parte do território nacional, onde julgar conveniente aos interesses sociais, destinando-lhes parcelas de capital social para efeitos fiscais.

§ 2º - A empresa possui a Filial 1, em Piên, PR, na Rua João Pessoa, n.º 136, Sala 1, Centro, CEP: 83860-000, inscrita no CNPJ sob nº 83.645.259/0003-89.

§ 3º - A empresa possui a Filial 2, em Rio dos Cedros, SC., na Estrada Geral Cedro Alto, RCD 080, 9655, Bairro Cedro Alto, CEP. 89121-000, inscrita no CNPJ sob nº 83.645.259/0004-60.

§ 4º - A empresa possui a Filial 3, em Timbó, SC, na Rua Tiroleses, nº105, Bairro Tiroleses, Timbó, SC, CEP: 89120-000, inscrita n o CNPJ sob nº 83.645.259/0005-40.

CLÁUSULA TERCEIRA. A Sociedade e suas Filiais, tem por objeto a exploração do ramo de: TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS REGULAR MUNICIPAL URBANO; TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS; TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS REGULAR METROPOLITANO MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL; TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS REGULAR MUNICIPAL, INTERMUNICIPAL, ESTADUAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL; TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS REGULAR MUNICIPAL NÃO URBANO; TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS ESPECIAL MUNICIPAL, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL; FRETAMENTOS MUNICIPAL, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL; TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL, INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL; INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL; LOCADORA DE VEÍCULOS EM GERAL; OFICINA MECÂNICA E REFORMADORA DE ÔNIBUS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E VEÍCULOS EM GERAL; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VAGAS NOS ESTACIONAMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS; AGÊNCIA DE VIAGENS E VENDA DE PASSAGENS RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO, AÉREO E MARÍTIMO.

CLÁUSULA QUARTA. A Sociedade iniciou suas atividades em 03/09/1979.

CLAÚSULA QUINTA. A Sociedade será por prazo indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL, COTISTAS E RESPONSABILIDADE.

CLÁUSULA SEXTA. O Capital Social é de R$ 1.150.000,00 (Um Milhão Cento e Cinquenta Mil Reais).

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/11/2022
Certifico o Registro em 08/11/2022 Data dos Efeitos 10/10/2022
Arquivamento 20222998660 Protocolo 222998660 de 27/10/2022 NIRE 42200398487
Nome da empresa LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 427713246929220
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/11/2022BLASCO BORGES BARCELLOS - Secretário-geral em exercício

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

22ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ nº 83.645.259/0001-17

§ 1º - Para a Filial de Pien, fica destacado um Capital Social de R$ 250.000,00 (Duzentos e Cinquenta Mil Reais), para fins fiscais;

§ 2º - Para a Filial de Rio dos Cedros fica destacado um Capital Social de R$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), para fins fiscais;

§ 3º - Para a Filial de Timbó fica destacado um Capital Social de R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), para fins fiscais;

CLÁUSULA SÉTIMA. O Capital Social totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 950.000 (Novecentos e Cinquenta Mil) quotas no valor de R$ 1,00 (Hum Real), cada uma e assim distribuídas entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	%	VALOR (R$)
Heins Waldemar Parey	1.074.000	92,00	1.074.000,00
Carmen Solange Borges Parey	38.000	4,00	38.000,00
Rodrigo Cezar Parey	38.000	4,00	38.000,00
Total	**1.150.000**	**100,00**	**1.150.000,00**

§ 1º - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ 2º - Os sócios são obrigados ao cumprimento da forma e prazo previstas para a integralização de suas quotas e aquele que deixar de fazê-lo deverá ser notificado imediatamente e no prazo de 30 (trinta) dias da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo pagamento de mora.

§ 3º - Verificada a mora, poderá, por decisão majoritária dos demais sócios, tomarem para si ou transferirem para terceiros a quota do sócio remisso, excluído o primitivo titular e devolvendo-lhe o que houver pago, deduzidos os juros da mora, as prestações não cumpridas e mais despesas, se houver.

§ 4º - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA OITAVA. Os sócios participam dos lucros e perdas na proporção das respectivas quotas

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/11/2022
Certifico o Registro em 08/11/2022 Data dos Efeitos 10/10/2022
Arquivamento 20222998660 Protocolo 222998660 de 27/10/2022 NIRE 42200398487
Nome da empresa LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 427713246929220
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/11/2022BLASCO BORGES BARCELLOS - Secretário-geral em exercício

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

§ Único - Os sócios são obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

DA ADMINISTRAÇÃO

CLAUSULA NONA. A administração da sociedade será exercida, pelos sócios **HEINS WALDEMAR PAREY** e **RODRIGO CEZAR PAREY,** que assinarão em conjunto ou individualmente pela empresa.

§ 1º - Os administradores tem os poderes gerais para praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade, as assinaturas em conjunto ou individualmente, tem obrigação da sociedade perante terceiros.

§ 2º - Os administradores, receberão um pró-labore mensal, fixado de comum acordo pelos sócios, no início de cada exercício social, respeitando as normas fiscais vigentes e seus limites.

§ 3º - É vedado aos administradores fazerem uso da firma na prestação de garantia, fiança, aval ou qualquer outro título de favor, em negócios estranhos ao objeto social.

§ 4º - Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.

§ 5º - Fica facultado aos administradores, nomear procurador, por período indeterminado, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticado pelo procurador assim nomeado.

CLÁUSULA DÉCIMA. Nos quatro primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, os administradores são obrigados a prestar aos sócios, contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

DAS REUNIÕES

CLÁSULA DÉCIMA PRIMEIRA. As deliberações dos sócios, serão tomadas em reunião, devendo ser convocadas pelos administradores.

§ 1º - O anúncio de convocação para reunião será publicado por três vezes, ao menos, devendo mediar, entre a data da primeira inserção e a da realização da assembleia, o prazo mínimo de oito dias para a primeira convocação, e de cinco dias para as posteriores.

§ 2º - As publicações serão feitas no órgão oficial do Estado ou da União, conforme o local da sede da sociedade, e em jornal de grande circulação.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/11/2022
Certifico o Registro em 08/11/2022 Data dos Efeitos 10/10/2022
Arquivamento 20222998660 Protocolo 222998660 de 27/10/2022 NIRE 42200398487
Nome da empresa LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 427713246929220
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/11/2022BLASCO BORGES BARCELLOS - Secretário-geral em exercício

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

22ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ nº 83.645.259/0001-17

§ 3º - Dispensa-se as formalidades de convocação previstas nos parágrafos antecedentes, quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia.

§ 4º - A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

§ 5º - Realizada a reunião, dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reuniões, ata assinada pelos sócios participantes e cópia da ata autenticada pelos administradores, ou pela mesa, será apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis, para arquivamento e averbação.

§ 6º - A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo três quartos do capital social, e, em segunda, com qualquer número.

DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas em Lei ou no contrato:

a) – Aprovação das contas da administração.
b) – A designação dos administradores, quando feita em ato separado.
c) – A destituição dos administradores.
d) – O modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato.
e) – A modificação do contrato social.
f) – A incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação.
g) – A nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas.
h) – O pedido de recuperação judicial.

§ 1º – As deliberações dos sócios serão tomadas:

I – Pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, nos casos previstos nas letras "e" e "f".

II – Pelos votos correspondentes a mais de metade do capital social, nos casos previstos nas letras "b", "c", "d" e "h".

III – Pela maioria dos presentes, nos demais casos previstos no contrato ou na lei.

§ 2º - As deliberações dos sócios serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor da quota de cada um.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/11/2022
Certifico o Registro em 08/11/2022 Data dos Efeitos 10/10/2022
Arquivamento 20222998660 Protocolo 222998660 de 27/10/2022 NIRE 42200398487
Nome da empresa LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 427713246929220
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/11/2022BLASCO BORGES BARCELLOS - Secretário-geral em exercício

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

36

§ 3º - As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e ao amparo da lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

RETIRADA, MORTE, OU EXCLUSÃO DE SÓCIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar aos demais, por escrito com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas.

§ Único - Se nenhum dos sócios usar do direito de preferência, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolverá a sociedade, que continuará com os herdeiros do *de cujus*, salvo se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da mesma.

§ 1º - Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujus, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

§ 2º - Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. Pode o sócio ser excluído, quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

§ 1º - A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

§ 2º - Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

§ 3º - No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, à data da resolução, e seus haveres lhe serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina
Certifico o Registro em 08/11/2022 Data dos Efeitos 10/10/2022
Arquivamento 20222998660 Protocolo 222998660 de 27/10/2022 NIRE 42200398487
Nome da empresa LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 427713246929220
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/11/2022BLASCO BORGES BARCELLOS - Secretário-geral em exercício

08/11/2022

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA. A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade.

DO EXERCÍCIO SOCIAL, RESERVAS, DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA. O exercício social iniciar-se-á no dia 01 de Janeiro e terminará no dia 31 de Dezembro do mesmo ano, devendo, o administrador, nesta ocasião, prestar contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração das demonstrações financeiras exigidas em lei, que não precisarão ser arquivadas perante o Registro do Comércio ou publicadas.

§ 1º - Do lucro apurado, depois de deduzida a provisão para o imposto de renda, o remanescente terá a destinação que for atribuída pelos sócios representando a maioria do Capital Social, em reunião que para tal finalidade deverão realizar. Ocorrendo prejuízos, serão compensados com resultados positivos futuros, com lucros acumulados, ou absorvidos pelo Capital Social, com sua consequente redução, nos termos da lei. Os sócios participarão nos resultados proporcionalmente a participação social de cada um.

§ 2º - Poderão os sócios deliberar a distribuição desproporcional dos lucros, desde que com a aprovação dos que tiverem suas participações nos lucros reduzidas em virtude da referida deliberação.

§ 3º - A Sociedade poderá levantar demonstrações financeiras intermediárias, proceder com a apuração contábil mensal de lucro e distribuir lucros apurados a qualquer tempo, observadas as limitações legais, e ainda distribuir lucros com base nos lucros acumulados ou reservas de lucros constantes do último balanço patrimonial.

§ 4º - Não poderão eventuais credores dos sócios, mesmo na hipótese de insuficiência de bens dos mesmos, fazer recair a execução sobre o que a estes couber nos lucros da Sociedade, ou na parte que lhe tocar em liquidação.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA. Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **(Art. 1.011, § 1º, CC/2002).**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA. A sociedade constituída será regida por este contrato social, pelo Código Civil de 2002, Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, pelas normas aplicadas as sociedades limitadas definidas nos artigos 1.052 e seguintes e com a Regência Supletiva da Lei 6.404/76, conforme faculta o § 1º do artigo 1.053 da Lei 10.406, para avaliação e escrituração

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/11/2022
Certifico o Registro em 08/11/2022 Data dos Efeitos 10/10/2022
Arquivamento 20222998660 Protocolo 222998660 de 27/10/2022 NIRE 42200398487
Nome da empresa LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 427713246929220
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/11/2022BLÁSCO BORGES BARCELLOS - Secretário-geral em exercício

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

22ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ nº 83.645.259/0001-17

contábil e demonstrações contábeis/financeiras, onde então, será aplicado a Regência Supletiva dos artigos: 8º, para a avaliações, arts. 176 a 191 para a escrituração e demonstrações contábeis financeiras e arts. 224 e 225 para as situações de fusão cisão ou incorporação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA. As partes, de comum acordo, elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul, SC., renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida que possa emergir deste documento.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

SÃO BENTO DO SUL/SC, 04 de outubro de 2022.

SABRINA PAREY

HEINS WALDEMAR PAREY

CARMEN SOLANGE BORGES PAREY

RODRIGO CEZAR PAREY

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/11/2022
Certifico o Registro em 08/11/2022 Data dos Efeitos 10/10/2022
Arquivamento 20222998660 Protocolo 222998660 de 27/10/2022 NIRE 42200398487
Nome da empresa LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 427713246929220
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/11/2022BLASCO BORGES BARCELLOS - Secretário-geral em exercício

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

JUCESC
Junta Comercial do Estado de
SANTA CATARINA

222998660

39

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
PROTOCOLO	222998660 - 27/10/2022
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42200398487
CNPJ 83.645.259/0001-17
CERTIFICO O REGISTRO EM 08/11/2022
SOB N: 20222998660

EVENTOS

021 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20222998660

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 06699847953 - IRINEU MOREIRA - Assinado em 07/11/2022 às 17:21:05

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 08/11/2022
Certifico o Registro em 08/11/2022 Data dos Efeitos 10/10/2022
Arquivamento 20222998660 Protocolo 222998660 de 27/10/2022 NIRE 42200398487
Nome da empresa LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 427713246929220
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/11/2022BLASCO BORGES BARCELLOS - Secretário-geral em exercício

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

Voltar Imprimir

40

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 83.645.259/0003-89
Razão Social: LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
Endereço: RUA GOIANIA 360 / CENTRO / PIEN / PR / 83860-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:11/02/2024 a 11/03/2024

Certificação Número: 2024021100391108941004

Informação obtida em 22/02/2024 15:31:00

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

41

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 83.645.259/0003-89
Certidão nº: 12151438/2024
Expedição: 22/02/2024, às 15:31:38
Validade: 20/08/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **83.645.259/0003-89**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA.
CNPJ: 83.645.259/0001-17

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:42:19 do dia 24/01/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 22/07/2024.
Código de controle da certidão: **C69F.24DE.D06E.029B**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Inserido por ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT em: 19/02/2024 16:49:37.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

43

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 032910782-55

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **83.645.259/0003-89**
Nome: **LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 21/06/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (22/02/2024 15:29:39)

PIÊN
PREFEITURA

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS N.628/2023

IMPORTANTE:	1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

NEGATIVA Nº: 628/2023

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: LANCATUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA.

PROTOCOLO nº	**CNPJ nº** 83.645.259/0003-89	**Inscrição Municipal nº** 304

ENDEREÇO

RUA GOIÂNIA, 360 - CENTRO CEP: 83860000 Piên - PR

CNAE / ATIVIDADES

Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal

Documento emitido em: Piên, 29 de Março de 2023 por << Equiplano Público Web >>.

Certidão válida até 28/04/2023, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

Chave para validação: **4HHJ5UFFHQJXX28E3E8**.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada através do endereço eletrônico:
https://pienpr.equiplano.com.br:7355/contribuinte/#/stmCertidao/validacaoCertidao

A presente certidão foi emitida pelo site https://www.pien.pr.gov.br/, através do sistema informatizado da

PROTOCOLO Nº 2407/2024
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

45

1) OBJETIVO: Passes Escolar Lancatur

2) MODALIDADE: Inexigibilidade.

3) VALOR MÉDIO ESTIMADO: R$ 1.199.520,00 (Um milhão cento e noventa e nove mil quinhentos e vinte reais)

4) FORMA DE PAGAMENTO: Em até 30 (trinta) dias após emissão de Nota Fiscal.

5) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme LOA 2024

08.001.12.361.0009.2019.33.90.33.00.00 08.001.12.361.0009.2019.33.90.39.99.99

6) RECURSOS ORÇAMENTARIOS:

Saldo Atualizado em 20/02/2024 às 13:40 hrs R$ 1.670.000,

(x) Há disponibilidade.
( ) Não há disponibilidade.
( ) Quando se tratar de Registro de Preços o Saldo Orçamentário deverá ser consultado no momento da emissão do contrato/Empenho.
( ) Necessita suplementação.

José Luiz de Barros
Contador CRC/PR 049922/O-8
Matrícula 35076-1
20/02/2024

7) RECURSOS FINANCEIROS:
(x) Há previsão de recursos financeiros e será incluído na Programação de acordo com a disponibilidade .
( ) Não há previsão recursos financeiros.

8) Declaramos que a análise da regularidade orçamentária e legal foi feita pelo órgão solicitante, de acordo com as informações constantes no processo e epígrafe, em conformidade com o que dispões os Arts. 16 e 17 da LC 101/00.

Silvana Teixeira Jung
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Decreto 229/2023

20/02/2024

Prefeitura de
PIÊN

Secretaria de Administração e Finanças
Assessoria de Licitações e Contratos

DESPACHO PARA INEXIGIBILIDADE

46

PROTOCOLO Nº 2407/2024

OBJETO: Passes Escolares Lancatur

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/21

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
I - Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que s6 possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;"

RAZÃO ESCOLHA DO CONTRATADO:
A aquisição de passes escolares se faz necessária, e tem como o principal objetivo atender as demandas dos estudantes do Município, os quais dependem do transporte público para o seu deslocamento entre as suas residências e as escolas municipais e estaduais, para o ano letivo de 2024, considerando uma demanda de 765 (setecentos e sessenta e cinco) alunos, os quais utilizam diariamente o transporte escolar, ressaltando que o ano letivo possui 200 dias letivos. Os alunos do ensino médio são oriundos de todos os bairros, e frequentam os colégios estaduais Frederico Guilherme Guiese e Alfredo Greipel Júnior, localizados no centro da cidade e no bairro de Trigolândia, respectivamente. Considerando a dificuldade que alguns alunos possuem no deslocamento até a unidade escolar, dada a vasta extensão do município (valendo ressaltar que o município de Piên possui uma área total de 254,792km2, e que apenas 0,368 2km2 estão em perímetro urbano) e a grande maioria das famílias não têm condições de custear o deslocamento de seus filhos até a unidade escolar mais próxima, enfatizamos a importância que o transporte escolar gratuito contribui no provimento de uma educação de qualidade, evitando assim a evasão escolar. É de obrigação do poder público oferecer e garantir o acesso ao transporte escolar a todos os estudantes, conforme a Lei Federal nº 9.394/96, conhecida com LOB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual também faz alusão ao direito ao transporte pelos alunos da Rede Pública, sendo um direito garantido pela Constituição Federal de 88, aos alunos da Rede Pública, de forma a facilitar seu acesso à educação, sendo que o acesso ao transporte escolar é essencial à população em idade escolar, uma vez que a Prefeitura Municipal não dispõe de frota própria suficiente para realização total do transporte escolar, sendo necessária a aquisição dos passes escolares para tal, sendo imprescindível a aquisição para que os alunos possam se deslocar com segurança até a unidade escolar

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:
O preço está dentro do praticado atualmente no mercado da região.

DOCUMENTOS DO PROCESSO
[x] Requerimento e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.
[x] Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei.
[x] Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido – Informações Orçamentárias e Financeiras.
[x] Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária – Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista.
[x] Autorização da autoridade competente.
[ ] No mínimo 3 (três) orçamentos/cotações.
[x] Contrato Social/Requerimento do empresário/Estatuto.

[ ] Publicação em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, nos termos do art. 75, § 3º da Lei nº 14.133/21.

Piên, 20 de fevereiro de 2024

EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI
Agente de contratação
Decreto nº 24, de 23 de janeiro de 2024

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Protocolo: 2407/2024
Assunto: *"Passes Escolares Lancatur".*
Requerente: Secretaria de Educação
Modalidade: Inexigibilidade

48

Parecer Jurídico

1. Relatório

Trata-se de consulta jurídica formulada pela Secretaria requerente para abertura de processo para aquisição de *"Passes Escolares Lancatur".*

O processo veio acompanhado do requerimento da secretária municipal e termo de referência, informações orçamentárias e financeiras para custear a demanda e consulta nas certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

2. Passamos a análise jurídica

As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão "*ressalvados os casos especificados na legislação*".

De acordo com Lei nº 14.133/21, a licitação é dispensada (ou dispensável) nas hipóteses descritas no art. 75 e, quanto a inexigibilidade, constante no art. 74 do referido diploma legal, dispõe que "*é inexigível a licitação quando inviável a competição*".

Cabe esclarecer que a licitação é inexigível quando ocorre, no caso concreto, circunstâncias especiais, de fato ou de direito, previstas em lei, as quais se revelam inviabilizadoras de competição, afastam peremptoriamente a licitação, consubstanciando numa presunção relativa de que a licitação não pode ser realizada em razão do objeto ou em razão da pessoa ou em razão de situações excepcionais.

Quanto ao tema, a legislação preceitua no art. 74, I, da Lei 14.133/21, que:

> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
> I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos; (...)

No caso concreto, já foi realizado o processo licitatório (concorrência 001/2011) e culminou com o contrato n.º 70/2011 firmado entre a Administração Pública e a empresa Lancatur, no qual foi realizada a concessão do serviço de transporte público de passageiros, bem como de alunos da rede pública, e, por isso, resta configurada a inviabilidade de competição disposta no *caput* do art. 74, em razão do prévio contrato firmado entre a empresa e o Município.

Neste sentido, considerando a exclusividade da concessão, bem como pelo contrato prévio entre as partes opina esta Procuradoria Jurídica favoravelmente à continuidade do processo através de Inexigibilidade de Licitação.

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Além disso, as irregularidades na contratação poderão configurar crime previsto no art. 337-E do Código Penal e, de maneira solidária, o contratado e o agente público responsável poderão responder pelo eventual dano causado ao erário, vejamos:

> **Contratação direta ilegal**
> Art. 337-E. Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei:
> Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Por fim, importante mencionar, que o art. 73 da referida Lei de Licitações prevê que se o gestor vier a contratar diretamente fora dos parâmetros e requisitos autorizados expressamente neste diploma, o contratado e o agente público "*responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis*".

3. Conclusão

Dessa forma, entendemos que o processo em comento atende os princípios insculpidos no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e, diante da inviabilidade de competição apresentada nos autos, **opinamos pela legalidade da contratação direta**, neste caso, por inexigibilidade de licitação para atender a demanda apresentada pela Secretaria de Educação, com base no permissivo legal expresso no art. 74, *caput*, I, da Lei nº 14.133/21.

Ressalta-se, por fim, que os critérios e a análise de mérito (oportunidade e conveniência do pedido) constituem análise técnica da Secretaria solicitante, bem como a verificação das dotações orçamentárias e especificidade ou cumulação do objeto do procedimento, pelo que o presente opinativo se cinge exclusivamente aos contornos jurídicos formais do caso em comento.

S.M.J. É o parecer.

Piên, 21 de fevereiro de 2024.

Naiany Caroline de Araujo
Procuradora Jurídica
OAB/PR 111.206

Eduardo Araujo
Procurador Jurídico
OAB/PR 58.418

PROTOCOLO N° 2407/2024

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 012/2024

Inexigibilidade de Licitação, na forma do Art. 74° *caput I*, da Lei Federal 14.133/21.

Objeto: Aquisição de 306.000 (trezentos e seis mil) passes escolares para atendimento da demanda de estudantes do município, e escola Municipais e Estaduais para o ano de 2024.

PESSOA JURÍDICA: LANCATUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA
CNPJ: 83.645.259/0003-89
VALOR: R$ 1.199.520,00 (Um milhão cento e noventa e nove mil quinhentos e vinte reais)

Dotação Orçamentária:

08.001.12.361.0009.2019.33.90.33.00.00 08.001.12.361.0009.2019.33.90.39.99.99

Condição de Pagamento: Depósito bancário em até 30 dias após o recebimento da N.F.

Piên/PR, 21 de fevereiro de 2024

Maicon Grosskopf
Prefeito Municipal

Prefeitura de
PIÊN

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Compras e Licitações

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico por este termo, a Inexigibilidade de Licitação **Nº 012/2024**, que tem como objeto a aquisição de passes escolares em favor do proponente **LANCATUR TRASPORTES E TURISMO LTDA - CNPJ: 83.645.259/0003-89** no valor total de R$ 1.199.520,00 (Um milhão cento e noventa e nove mil quinhentos e vinte reais) com base no caput I do Art. 74, da Lei Federal 14.133/21 e suas alterações posteriores, de acordo com parecer da Procuradoria Jurídica e tendo em vista os elementos que instruem o protocolo administrativo nº 2407/2024

Maicon Grosskopf

Prefeito Municipal

CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade de Licitação N° 0012/2024

PROTOCOLO: 2407/2024

Objeto: Aquisição de 306.000 (trezentos e seis mil) passes escolares para atendimento da demanda de estudantes do município, e escola Municipais e Estaduais para o ano de 2024.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: LANCATUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA
CNPJ: 83.645.259/0003-89
VALOR: R$ 1.199.520,00 (Um milhão cento e noventa e nove mil quinhentos e vinte reais)

AUTORIZAÇÃO 21/02/2024

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:9FA772E0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024

OBJETO: Aquisição de Equipamentos para Unidades Básicas de Saúde (UBS) através dos recursos da Resolução SESA nº 389/2023 e habilitada pela Resolução SESA nº 507/2023. **Edital disponível no site**: www.pien.pr.gov.br a partir do dia 23/02/2024. **Entrega das propostas**: a partir 23/02/2024 no site Bolsa Brasil de Licitações - BLL. **Abertura das Propostas**: 06/03/2024 às 09h30 (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 22 de fevereiro de 2024.

EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:18CBDDDF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA

Piên/PR, 22 de fevereiro de 2024.

REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA

Eu, **Milene Maria Zierhut**, convocado pelo Edital nº 06/2024, residente e domiciliado na Rua Principal Poço Frio dos Souzas, Piên/PR, portador da cédula de identidade civil com RG nº 13.553.133-2/PR e CPF 102.967.369-10 venho mui respeitosamente requerer desistência da vaga de **PROFESSOR,** conforme classificação obtida no último **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2023** realizado.

MILENE MARIA ZIERHUT

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:7DA4C4A2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade de Licitação Nº 0012/2024

PROTOCOLO: 2407/2024

Objeto: Aquisição de 306.000 (trezentos e seis mil) passes escolares para atendimento da demanda de estudantes do município, e escola Municipais e Estaduais para o ano de 2024.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: LANCATUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA
CNPJ: 83.645.259/0003-89
VALOR: R$ 1.199.520,00 (Um milhão cento e noventa e nove mil quinhentos e vinte reais)

AUTORIZAÇÃO 21/02/2024

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:19E7FFE6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE HABILITAÇÃO E INABILITAÇÃO 53

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2023

A comissão de licitação comunica aos interessados na execução do objeto do Edital de TOMADA DE PREÇOS nº 6/2023, torna pública a habilitação e inabilitação das seguintes proponentes:

EMPRESAS HABILITADAS:

Nº	EMPRESA
01	PERONDI ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA ME
02	M. A. SARTURI CONSTRUÇÕES LTDA
03	METTAENG CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
04	CANZI & KNEBEL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
05	CONSORA CONSTRUTORA LTDA

EMPRESAS INABILITADAS:

Nº	EMPRESA
01	RAFAEL ZABOT KORLIKOSKI LTDA
02	CONSTRUTORA REALEZA LTDA
03	RODRIGO CARDOSO CONSTRUÇÕES LTDA
04	CONSTRUTORA FORTIBELA LTDA

Comunica, outrossim, que a comissão de licitação abre o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de 22 de janeiro de 2024, para que as proponentes, querendo, apresentem recurso e suas respectivas razões recursais.

Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, em 19 de janeiro de 2024.

LUIS EDELAR DE LIMA
Presidente da Comissão de Licitações

Publicado por:
Irio Fernandes
Código Identificador:DB13D962

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9/2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO.

CONTRATADA: BELTROX OXIGENIO LTDA

CLAUSULA PRIMEIRA:
DO PRAZO DE EXECUÇÃO passa a ter a seguinte redação: O período para a execução do objeto contratado fica aditivado até **16/04/2024** a contar a partir de **17/02/2024**, conforme Pregão nº 07/2023 e Contrato nº 9/2023 firmado em 17/02/2023.

CLAUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Pinhal de São Bento - PR, em 16/02/2024.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irio Fernandes
Código Identificador:EE65110C

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA Nº 32/2024

54

CONTRATO Nº 004/2024
REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 012/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA LANCATUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA.

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas, 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MAICON GROSSKOPF**, portador da CI nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.278.589-17, residente e domiciliado nesta cidade, assistido pela Procuradora Jurídica Sra. Naiany Caroline de Araujo, OAB/PR nº 111.206/PR e em conjunto com a Secretária de Educação Sra. Clarice de Fátima Fragoso, inscrita no CPF sob nº 563.771.859-87, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro a empresa **LANCATUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.645.259/0003-89, com endereço na rua Goiânia, 360, Centro, em Piên/PR, CEP: 83.860-000, fone: (41) 3632-1441, e-mail: rodrigo@lancatur.com.br; neste ato representada pelo por seu procurador o Sr. **RODRIGO CEZAR PAREY**, portador da CI nº 5.912.777 SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 078.377.219-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato, nos termos do artigo 89 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, resoluções e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente contratação, decorrente da **INEXIGIBILIDADE Nº 012/2024** devidamente homologada pelo CONTRATANTE mediante as cláusulas expressas a seguir, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades de ambas as partes:

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (Art. 92, Lei 14.133/2021)

Cláusula primeira: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de 306.000 (trezentos e seis mil) passes escolares para atendimento da demanda de estudantes do Município, de escolas municipais e estaduais, referente ao ano de 2024, considerando uma demanda de 765 (setecentos e sessenta e cinco) alunos que utilizam diariamente do transporte escolar, totalizando 1530 (Um mil quinhentos e trinta passes/dia).

Parágrafo Primeiro: O Serviço adquirido seguirá as especificações, quantidades, preços unitários e globais ofertado pela empresa classificada no certame, conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UNID.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	PASSES ESCOLARES	306.000	UN	R$ 3,92	R$ 1.199.520,00

Parágrafo Segundo: Integra e completa o presente Termo Contratual, para melhor caracterização dos serviços e resultados, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas e para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Termo de Referência da **INEXIGIBILIDADE Nº 012/2024** e suas documentações complementares, anexos a este Contrato e devidamente assinado pela parte CONTRATANTE, bem como a proposta do contratado, sendo os mesmos considerados suficientes para, em complemento a este contrato e a assinatura da CONTRATADA, definir sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado, bem como o **CONTRATADO** a assumir todas as exigências presentes nos termos retro mencionados.

Parágrafo Terceiro: Ao assinar a presente contratação o **CONTRATADO** atesta conformidade com a cessão de direitos sobre o item objeto desta Inexigibilidade ao **Órgão Contratante**.

RODRIGO CEZAR PAREY:07837721900 Assinado de forma digital por RODRIGO CEZAR PAREY:07837721900 Dados: 2024.02.26 08:55:43 -03'00'

DA ENTREGA E RECEBIMENTO (Art. 140, Lei 14.133/2021)

Cláusula Segunda: Os passes deverão ser fornecidos por mês, sendo distribuídos conforme os 200 dias letivos no ano de 2024, cumprindo o calendário escolar, pré-definido pela secretaria de educação, de acordo com a Requisição de Empenho, para o transporte de estudantes dentro dos limites territoriais do Município de Piên, obedecendo as linhas e os horários preestabelecidos para o sistema de transporte coletivo de passageiros, atendendo ao número de alunos estimados para cada localidade, conforme tabela estimativa fornecida pela Secretaria.

Parágrafo Primeiro: Será de total responsabilidade da empresa contratada os fornecimentos de todos os materiais necessários para a elaboração e execução do objeto. Todos os produtos/serviços e seus quantitativos deverão obedecer às especificações do termo de referência da INEXIGIBILIDADE Nº 012/2024.

Parágrafo Segundo: Os produtos/serviços serão recebidos provisoriamente para efeito de simultânea ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no recebimento definitivo que será realizado pelo servidor devidamente designado como fiscal pela Secretaria Solicitante, observado o prazo de até 2 (dois) dias úteis de sua entrega, conforme especificado no termo de referência.

DA FISCALIZAÇÃO (Art. 140, Lei 14.133/2021)

Cláusula Terceira: Fica designada como fiscal do contrato a servidora Marily Penteado Wotroba Heiden.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 140 da Lei nº 14133/21.

Parágrafo Segundo: O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DE PRORROGAÇÃO

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA se compromete a fornecer os produtos/serviços durante o prazo da vigência do Contrato;

Parágrafo Segundo: A execução do contrato deverá ser iniciada mediante ordem de fornecimento emitida pelo fiscal do contrato designado pela Secretaria solicitante;

Parágrafo Terceiro: A execução do contrato antes de emitida a ordem de fornecimento, nos termos do parágrafo anterior, é de responsabilidade única e exclusiva do CONTRATADO, não obrigando a CONTRATADA a adiantar os pagamentos.

Parágrafo Quarto: No caso de execução antecipada, antes da ordem de fornecimento ser emitida, nos moldes do parágrafo sexto, quando houver a existência de recursos vinculados, a CONTRATADA, desde logo, fica ciente de que o pagamento dos valores atrelados a receitas vinculadas somente será efetuado quando o recurso financeiro estiver disponibilizado em caixa da prefeitura, correndo por sua conta e risco a execução antecipada do contrato.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES PAGAMENTO (Art. 141, Lei 14.133/2021).

RODRIGO CEZAR PAREY:07837721900 Assinado de forma digital por RODRIGO CEZAR PAREY:07837721900 Dados: 2024.02.26 08:56:07 -03'00'

Cláusula Quinta: O valor total do contrato é de R$ 1.199.520,00 (Um milhão cento e noventa e nove mil

quinhentos e vinte reais) no qual se inclui todos os tributos, diretos ou indiretos, sobre a execução do objeto.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será efetuado através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, conforme disponibilidade financeira na fonte de recursos, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pela Secretaria solicitante e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais – INSS, de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Parágrafo Segundo: Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Terceiro: Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal. O prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

Parágrafo Quarto: Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo estabelecido nesta cláusula, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (Lei Federal 14.333/2021).

Parágrafo Quinto: No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, manutenção, instalação, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, inclusive todo o material e equipamento necessário para a execução dos serviços.

Parágrafo Sexto: Nos termos do Decreto Municipal nº 157/2023, a administração contratante procederá a retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas na fonte tanto para bens quanto prestação de serviços, inclusive obras de construção civil, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor conforme Instrução Normativa nº 1234, de 2012 da Receita Federal do Brasil.

DO REAJUSTE

Cláusula Sexta: Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do presente termo contratual.

Parágrafo Primeiro: Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Parágrafo Segundo: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Terceiro: No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Parágrafo Quarto: Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Parágrafo Quinto: Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Parágrafo Sexto: Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo Sétimo: O reajuste será realizado por apostilamento.

DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (Art. 141, V, Lei 14.133/2021).

RODRIGO CEZAR PAREY:07837721900 Assinado de forma digital por RODRIGO CEZAR PAREY:07837721900 Dados: 2024.02.26 08:56:20 -03'00'

Cláusula Sétima: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do crédito indicado pelo código: 08.001.12.361.0009.2016.33.90.33.00.00 e 08.001.12.361.0009.2016.33.90.39.99.99

DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula Oitava: Constitui direitos de o MUNICÍPIO receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro – O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

A CONTRATADA obriga-se a seguir o disposto no Contrato;

a) Executar os serviços dentro do objeto conforme previsto no Termo de Referência;
b) Manter pessoal capaz de atender ao objeto da presente licitação, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço, demissão de empregados ou por qualquer outra razão;
c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;
d) Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, durante a execução do objeto do certame, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;
e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, bem como, comunicar, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente;
f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
g) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, edital ou na minuta de contrato;
h) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
i) Fornecer todos os dados necessários ao fiscal do contrato, para o controle e fiscalização do cumprimento do presente contrato;
j) Comunicar imediatamente ao Município qualquer alteração ocorrida na empresa, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
k) Apresentar todos os documentos necessários durante a execução do contrato/Ata, mantendo em dia suas obrigações fiscais.
l) No que se refere a prestação de serviços que necessita de funcionários a empresa deverá manter as suas obrigações trabalhistas em dia, apresentando mensalmente a prefeitura municipal.
m) Serão de responsabilidade da Contratada todos os encargos com a manutenção do veículo, combustíveis, lubrificantes, todas as despesas com a adequação do veículo com as disposições legais, todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, isentando integralmente o Município de Piên – PR;
n) Executar diretamente os serviços, não sendo permitida a subcontratação, sob pena de rescisão de contrato;
o) Deverá proceder a substituição de veículo quando houver essa necessidade, mas somente após concordância formal do Município, com a vistoria prévia;
p) Deverá adotar todas as medidas de cautela tendentes a evitar danos materiais e pessoais aos escolares e terceiros, assim como todas as providências relativas ao seguro de tais danos, ficando sempre responsável pelas consequências originárias e acidentes que se verificarem;
q) Deverá promover a devida manutenção de seus veículos durante toda a vigência do Contrato, efetuando reparos e consertos a defeitos ou falhas mecânicas que venham a surgir, providenciando inclusive a imediata substituição das peças, necessária para que os mesmos possam trafegar em perfeitas condições

RODRIGO CEZAR PAREY:07837721900
Assinado de forma digital por RODRIGO CEZAR PAREY:07837721900 Dados: 2024.02.26 08:56:34 -03'00'

de conservação e funcionamento, sem oferecer risco à segurança dos passageiros, e se preciso, providenciar veículo de reserva;

r) Deverá manter veículos de reserva para eventuais necessidades de troca de veículo durante a execução dos serviços solicitados.

s) Deverá permitir o livre acesso ao encarregado da fiscalização da CONTRATANTE, em qualquer época, aos bens destinados ao serviço contratado, fornecendo aos mesmos todos os dados e informações necessários sobre os veículos e condutores sempre que solicitado e dentro dos prazos estipulados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender de imediato todas as reclamações a respeito da qualidade na execução dos serviços;

t) Deverá fornecer dados e informações para os sistemas de informações de gestão, sejam eles municipais, estaduais ou federais, sob forma de pesquisa eventual ou de cadastro sistemático;

u) Deverá responsabilizar-se única e exclusivamente pela contratação de pessoal habilitado, observando a legislação vigente;

v) Deverá prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos escolares, conforme estabelecido neste Contrato, de modo a satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, pontualidade e cortesia na sua prestação, devendo para tanto procurar modernizar seus veículos e mantê-los em bom estado de conservação, bem como realizar as obrigações constantes deste Contrato;

w) Deverá tratar com respeito e urbanidade os escolares, o agente de fiscalização do CONTRATANTE e outros agentes relacionados com o mapeamento das rotas de transporte;

x) Deverá responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços avençados, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação de qualquer natureza que possa surgir em decorrência dos mesmos;

y) Deverá comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em prestar os esclarecimentos que o CONTRATANTE julgar necessário;

z) Deverá manter a prestação obrigatória destes serviços durante a totalidade dos dias letivos previstos no calendário escolar;

aa) Deverá cumprir os itinerários/roteiros convencionados, prezando integralmente pela segurança, conforto e comodidade adequada dos passageiros transportados;

bb) Constituem obrigações Contratada com profissionais:

cc) Todos os serviços acima mencionados serão prestados por profissionais da Contratada tecnicamente habilitados, ficando esta a única e exclusiva responsável pelo pagamento de seus salários e pelas obrigações legais de qualquer natureza que incidirem sobre os mesmos, notadamente, àquelas referentes às Leis Trabalhistas e Previdenciárias em vigor, ficando, dessa forma, expressamente excluída a responsabilidade do CONTRATANTE sobre referida matéria.

dd) É responsabilidade da CONTRATADA fornecer a seus funcionários todos os equipamentos de proteção individual – EPIs necessários à execução dos serviços, bem como cobrar destes a utilização dos mesmos.

ee) Fica também a CONTRATADA obrigada a cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à Saúde e Segurança do Trabalho, emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outros órgãos competentes.

Parágrafo Segundo – Constitui obrigações da CONTRATANTE:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
f) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
g) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

RODRIGO CEZAR PAREY:07837721900
Assinado de forma digital por RODRIGO CEZAR PAREY:07837721900 Dados: 2024.02.26 08:56:49 -03'00'

h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
i) A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
j) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
k) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Título IV, Capítulo I, Lei 14.133/2021)

Cláusula Nona: Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrencia de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Cláusula Décima: Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Paragráfo Primeiro: **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Paragráfo Segundo: **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g" da cláusula nona deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Parágrafo Terceiro: **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" da cláusula nona deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Quarto: **Multa**:
I – **Moratória**:
a) Moratória de 3 % (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite de 20 (vinte) dias;
b) Moratória de 5 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite máximo de 10 (dez) dias, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
c) Moratória de 2 % (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias, pela inobservância do prazo fixado pelo fiscal do contrato para sanar alguma irregularidade do objeto contratual e/ou apresentação de documentação solicitada.

RODRIGO CEZAR PAREY:07837721900
Assinado de forma digital por RODRIGO CEZAR PAREY:07837721900 Dados: 2024.02.26 08:57:00 -03'00'

d) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.

II – **Compensatória**:
a) Para a infração descrita na alínea "a" da cláusula nona, a multa compensatória será de 8% (oito por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
b) Para a infração descrita na alínea "b" da cláusula nona, a multa compensatória será de 15% (quinze por cento) a 30% do valor do contrato.
c) Para a infração descrita na alínea "c" da cláusula nona, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) a 30% do valor do contrato.
d) Para a infração descrita na alínea "d" da cláusula nona, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.
e) Para as infrações previstas nas alíneas "e"; "f"; e "g" da cláusula nona, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.
f) Para as infrações previstas nas alíneas "h"; "i"; "j"; "k"; e "l" da cláusula nona, a multa compensatória será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Parágrafo Quinto: A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante, nos moldes do previsto no artigo 156, parágrafo 9.º da Lei n.º 14.133, de 2021.
Parágrafo Sexto: Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme previsto no artigo 156, parágrafo 7.º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
Parágrafo Sétimo: Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos moldes do disposto no artigo 157, da Lei n.º 14.133, de 2021.
Parágrafo Oitavo: Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
Parágrafo Nono: Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30 (trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
Parágrafo Décimo: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Parágrafo Décimo-Primeiro: Na aplicação das sanções serão considerados:
I – a natureza e a gravidade da infração cometida.
II – as peculiaridades do caso concreto.
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
IV – os danos que dela provierem para o contratante.
V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Parágrafo Décimo-Segundo: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
Parágrafo Décimo-Terceiro: A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
Parágrafo Décimo-Quarto: Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo Décimo-Quinto: O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins

RODRIGO CEZAR PAREY:07837721900

de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo-Sexto: As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

DOS CASOS DE RESCISÃO E DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO (Arts. 104 e 137, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima-Primeira: O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Parágrafo Primeiro: O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo Segundo: O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem. Nesta hipótese, a extinção ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Parágrafo Terceiro: Caso a notificação da não-continuidade do contrato, nos termos do parágrafo anterior, ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data de comunicação.

Parágrafo Quarto: O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aplicando-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

Parágrafo Quinto: A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Parágrafo Sexto: No caso do parágrafo anterior, se a modificação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Sexto: O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:
I – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
II – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
III – Indenizações e multas.

Parágrafo Sétimo: A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (artigo 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Parágrafo Oitavo: O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (Art. 75, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Segunda: O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei 14.133 de 01/04/2021, suas alterações e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, Código de Defesa do Consumidor, Código Civil a Lei Orgânica e demais normas aplicáveis à espécie do Município de Piên/Pr.

RODRIGO CEZAR PAREY:07837721900
Assinado de forma digital por RODRIGO CEZAR PAREY:07837721900
Dados: 2024.02.26 08:57:27 -03'00'

Parágrafo Único: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direitos.

DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO (Art. 89, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Terceira: Fica o CONTRATADO obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato.

DO FORO (Art. 89 § 1º, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Quarta Concorda o CONTRATADO quanto ao foro privilegiado atribuído ao CONTRATANTE, qual seja o Foro de Rio Negro, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

DO FORO (Art. 89 § 1º, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Quinta: Concorda o CONTRATADO quanto ao foro privilegiado atribuído ao CONTRATANTE, qual seja o Foro de Rio Negro, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Piên/PR, 23 de fevereiro de 2024

RODRIGO CEZAR PAREY:07837721900

Assinado de forma digital por RODRIGO CEZAR PAREY:07837721900
Dados: 2024.02.26 08:57:43 -03'00'

MAICON GROSSKOPF
Prefeito
CONTRATANTE

LANCATUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA
CONTRATADO

NAIANY CAROLINE DE ARAUJO
Procuradoria Jurídica
OAB/PR 111206

CLARICE DE FATIMA FRAGOSO
Secretária de Educação
Decreto nº 07/2021

TESTEMUNHAS:

Nome: Marily Penteado Wotroba Heiden — Assinatura:

Nome: Eliane Pimentel Jubainski Streit — Assinatura:

Considerando a deliberação da Plenária realizada em 26 de Fevereiro de 2024 e publicada no Órgão Oficial do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprova a **PRESTAÇÃO DE CONTAS dos repasses continuados do FEAS Fundo a Fundo, período de 01 de julho de 2023 a 31 de janeiro de 2024 - FINAL do repasse Piso Paranaense de Assistência Social - PPAS I** do Município de Pérola D'Oeste – PR, que integra esta Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Pérola D' Oeste, 26 de Fevereiro de 2024

TANIA LOVIS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Valdane Locatelli
Código Identificador:CCFEE392

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 083, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2024.

PORTARIA Nº 083, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2024.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66 da Lei Orgânica Municipal, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 11 de março a 17 de março de 2024, a servidora pública **SILVANA TEIXEIRA JUNG**, portadora da cédula de identidade civil com RG nº 8.520.251-1/PR e matrícula funcional 4765783, ocupante do cargo de agente político de **Secretária de Administração e Finanças**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 16 de fevereiro de 2024.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Republicado por incorreção

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:7910DE5C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 142, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024.

PORTARIA Nº 142, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024.

ALTERA PORTARIA 1467/2023 QUE CONCEDEU FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 229/2023, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Altera Portaria 1467/2023 que concedeu férias, no período de 22 de janeiro a 09 de fevereiro de 2024 para 26 de dezembro a 15 de janeiro de 2024, a servidora pública **Jessica Patrícia de Lima Alexandre,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 5.622.538/SC matrícula funcional nº 104901, ocupante do cargo público de **Agente de serviços gerais.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data de concessão das férias.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 20 de fevereiro de 2024.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:35285B01

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 004/2024

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 004/2024

MODALIDADE: REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 012/2024

Contratado: LANCATUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA
CNPJ: 83.645.259/0003-89
Objeto: Aquisição de 306.000 (trezentos e seis mil) passes escolares para atendimento da demanda de estudantes do Município, de escolas municipais e estaduais, referente ao ano de 2024, considerando uma demanda de 765 (setecentos e sessenta e cinco) alunos que utilizam diariamente do transporte escolar, totalizando 1530 (Um mil quinhentos e trinta passes/dia).

Valor: R$ 1.199.520,00 (Um milhão cento e noventa e nove mil quinhentos e vinte reais)

Prazo de Vigência: 12 meses a contar da sua publicação.

Data de assinatura: 23 de fevereiro de 2024.

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:4624B2A1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO 007/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA
Dispensa de Licitação Nº 007/2024

PROTOCOLO: 2438/2024

Objeto: Aquisição de teste WISC IV para ser utilizado pela psicóloga com os alunos da Rede Municipal de Ensino. De acordo com as especificações constantes no termo de referência conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR.

CONTRATADA: RACIONAL MATERIAL DIDATICO E RECURSOS HUMANOS LTDA